

# A mentira na arena pública: das argumentações de Hannah Arendt ao negacionismo do Holocausto

Lying in the public arena: from Hannah Arendt's arguments to Holocaust denial

**Bruno Wandermurem de Oliveira Medeiros**  
Graduado em História  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
brunowandermurem@outlook.com

**Recebido em:** 06/07/2021  
**Aprovado em:** 20/05/2022

**Resumo:** A mentira tem um lugar central nos embates da arena pública, seja no nível da política institucional ou nas práticas sociais, como tem sido sublinhado pelas pesquisas no campo da História cultural do político. Neste trabalho, é intento debater qual a relação entre mentira e verdade na política, partindo das contribuições da filósofa Hannah Arendt. Como desdobramento, nos inclinaremos sobre algumas proposições políticas específicas, que lançam mão da mentira como *modus operandi*, destacadamente o negacionismo do Holocausto. Ao mobilizar um estudo de caso de charges negacionistas, recorrendo ao método documentário, se objetivará também identificar os aspectos que conformam essa narrativa política. Ao fim, o ensaio busca ser capaz de suscitar reflexões sobre os usos diversos da mentira, seja direcionada sobre o passado ou sobre adversários políticos.

**Palavras-chave:** Mentira na política; Hannah Arendt; Negacionismo do Holocausto.

**Resumen/Abstract:** Lying has a central place in the public arena, either at the level of institutional politics or in social practices, as has been underlined by research in the field of the cultural history of politics. In this paper, we intend to discuss the relationship between lies and truth in politics, based on the contributions of the philosopher Hannah Arendt. As a consequence, we will focus on some specific political propositions that make use of lies as a *modus operandi*, especially Holocaust denial. By mobilizing a case study of denial cartoons, and resorting to the documentary method, we will also aim at identifying the aspects that conform to this political narrative. In the end, the essay seeks to be able to raise reflections on the diverse uses of lies, whether directed at the past, or on political opponents.

**Palabras clave/Keywords:** Lying in politics; Hannah Arendt; Historical denial.

## Introdução

A mobilização de mentiras na política não é um fenômeno novo, nem tampouco raro. Ela já foi tema de obras incontornáveis de célebres historiadores, como Marc Bloch, Carlo Ginzburg e George Lefebvre. Em seu clássico *Os Reis Taumaturgos*, ao sistematizar o enraizamento do poder real durante a Idade Média, Bloch descreve o processo difusor sobre a lenda do poder do toque monárquico como capaz de curar doentes. Ginzburg destrincha o estabelecimento de um discurso institucional sobre a heresia, ferramenta política da Igreja, na obra clássica da micro-História, *O queijo e os vermes*. Lefebvre, no não menos conhecido *O grande medo de 1789*, se debruça sobre os boatos espalhados pela França pós-Revolução, em que se afirmavam planos de vingança da aristocracia contra os camponeses. Esses olhares servem aqui de exemplo não só da longevidade da mentira na política, mas também uma já consolidada atenção dos historiadores ao assunto (CARLO Ginzburg..., 2021)<sup>1</sup>.

Se o fenômeno da mentira na política não é recente, o que singularizaria essa incidência na conjuntura atual? Em grande medida, os novos desafios que têm se imposto sobre esse quesito podem ser lidos como desdobramentos dos grandes acontecimentos sociopolíticos do século XX. Um deles é, inegavelmente, a profundidade das experiências totalitárias. No panorama totalitário, a noção de mentira é excluída da realidade política. Tudo o que o Estado define como verdade, assim o é. “A liberdade de dizer que dois mais dois são quatro”, como o gostaria o personagem Winston Smith, está aquém na política de um Estado totalitário (ORWELL, 1949).

Por sua vez, no mundo que se pretendia livre, como alteridade dicotômica àquele, há uma reconfiguração no jogo e nas estratégias políticas. O poder da narrativa sobrepõe-se aos fatos. O que é narrado e difundido como conhecimento público abafa a obscuridade dos bastidores político-militares não vistos e não ditos. A Guerra Fria e sua disputa bipolar, em seguida, também demandou dos atores políticos novos métodos discursivos e formas de legitimar ações em nome de um ideal.

No plano intelectual, a perspectiva Pós-Moderna impõe à reflexão sobre a mentira na política especial empecilho. Particularmente a partir de década de 1980, a legitimidade do conhecimento sobre o passado e a validade do trabalho historiográfico foram postas em xeque por autores que buscavam aproximar a historiografia da literatura<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Essas reflexões foram levantadas, a princípio, por Carlo Ginzburg em entrevista concedida ao jornal *O Globo*.

<sup>2</sup> Acerca da perspectiva Pós-Moderna sobre a historiografia, ver, dentre outros, JENKINS, Keith. **A História Repensada**. São Paulo: Contexto, 2001.

No mundo que se segue a esse panorama, a mentira tem sido utilizada como estratégia de convencimento de eleitorados, bem como na construção de narrativas conspiracionistas e negacionistas. Isso acontece em diferentes esferas, mas, destacadamente, como ferramentas governamentais oficiais de (re)construção ideológica. A explicação desse fenômeno perpassa, em primeiro lugar, pela investigação dos próprios conceitos de mentira e de política. Depois, seremos capazes de destrinchar os efeitos teóricos e práticos de suas imbricações.

Nessa tarefa, lançaremos mão das reflexões e interpretações sobre a mentira e a política presentes na obra da filósofa Hannah Arendt (1906–75). A escolha deriva não só da sua vasta produção acadêmica sobre o tema e seus correlatos — destacadamente em *A condição humana* (1958), *Entre o Passado e o Futuro* (1961), e *Crises da República* (1972) — mas também do contexto político de sua atuação como intelectual.

As obras selecionadas foram produzidas no contexto da Guerra Fria, momento no qual se verifica uma forma de polarização política do imaginário ocidental, em que debater a própria noção de democracia se mostrava um imperativo no Ocidente. Arendt, como uma das principais intelectuais desse cenário, impõe importantes provocações sobre as ideias de verdade, mentira, política e cultura. A atuação da filósofa nesse mérito, assim, nos permitiria compreender como a democracia lida com esses conceitos, identificando quais lhe são confluente e quais lhe são comprometedores. Não obstante, não perderemos de vista a relação embriológica entre os pensamentos da filósofa e seu contexto formativo.

As perguntas norteadoras serão, em grande medida, aquelas que Hannah Arendt buscou elucidar, a saber: mobilizar mentiras é uma ação legítima no campo político? Por quê? Quais as implicações dessa constatação para a natureza e legitimidade do político e da verdade? Seria a verdade impotente, e o poder impostor/mentiroso? Tais questões impelem os pesquisadores das Humanidades, em particular o historiador, a questionar seus objetos em busca de um norte de análise. Nesse sentido, ensaiaremos algumas explicações, com base na bibliografia concernente, visando a uma reflexão pertinente à historiografia política e às pesquisas históricas.

### **Verdade e mentira nos escritos de Arendt**

Faz-se útil pensarmos, em primeiro lugar, o espaço político na bibliografia arendtiana. Arendt defende uma perspectiva, sobretudo no contexto geopolítico dos anos 1960, de manutenção dos direitos humanos e das liberdades individuais<sup>3</sup>.

Indo além, podemos compreender os anos 1960 não apenas como tempo de manutenção das liberdades individuais, mas de sua ampliação. Diferentemente do imediato pós-guerra, pôde-se observar a questão transbordar do campo político para o social, em diferentes locais do globo.

O mundo daquela década estava preenchido por um *zeitgeist* em que as mudanças pareciam urgentes, consolidando uma contracultura social e política. Nos Estados Unidos, o movimento negro ganhava as ruas. No México, os estudantes e trabalhadores contestavam o Partido Revolucionário Institucional (PRI). Na Alemanha, o *Sozialistischer Deutscher Studentbund* (SDS) fazia críticas ao sistema educacional, assim como na França. No Brasil, em meio à ditadura, houve organização política dos estudantes contra a repressão, e também movimento artístico de oposição.

Dito isso, pode-se compreender a razão pela qual o espaço político é visto por ela como dialógico, lugar de troca de experiências e enfrentamentos, em forma de palavra e ação, com o outro. Isso deriva do caráter dialógico da própria condição humana, que articula a igualdade e a diferença entre os homens (ARENDDT, 2007, p. 188). O que caracterizaria esse meio, o campo do político, seria a expressão de asserções/posicionamentos na forma de opinião e, particularmente, de ação.

Haveria, assim, num ambiente político de democracia, uma gama de diferentes opiniões sendo expressas, ora de forma convergente e ora conflituosa. A preocupação central, nesse artigo, é circunscrita pelo campo democrático. Nele, há a garantia, mesmo que mínima, da possibilidade de diálogo político, *i.e.*, discordar, fazer oposição e propor debates dentro das regras do jogo. Nas experiências que se pretendiam totalitárias, como se é sabido, a liberdade de contestar até mesmo o óbvio era cerceada em nome de uma narrativa hegemônica do Estado<sup>4</sup>.

O primeiro ponto importante a ser sublinhado, entretanto, é que a validação dessas opiniões não necessariamente se dá tendo a verdade como base orientadora. Isso se deve ao fato de que a

---

<sup>3</sup> Isso se evidencia, sobretudo, em sua obra-prima, *Origens do Totalitarismo* (1989), em que impõe críticas aos modelos totalitários nazista e stalinista.

<sup>4</sup> No que se refere ao uso das mentiras em ambientes autoritários, consultar, dentre outros, FINCHELSTEIN, F. **Uma breve história das mentiras fascistas**; e também KOYRÉ, Alexandre. The Political Function of the Modern Lie. *October*, vol. 160, p. 143-151, 2017.

verdade seria um princípio, para ela, exógeno à política. Dito de outro modo, é necessário questionarmos a real aplicabilidade de se esperar que o sistema político tome como norte a verdade, que não faria parte, obrigatoriamente, das regras do jogo do poder.

A cultura política ocidental é permeada por uma expectativa moral de que a política se oriente baseada pela verdade. No entanto, isso encontra ásperas dificuldades quando comparada ao modo como a política ocidental, hoje, de fato, funciona. Ou seja, ainda é uma questão em aberto se a verdade é um princípio eficaz no sistema político, principalmente no que diz respeito ao convencimento de grandes eleitorados. Embora seja idôneo no interior dessa cultura política, sua aplicação parece quebradiça e contornável.

Parece-nos, portanto, haver uma distinção entre os níveis teórico e prático do discurso político. Teoricamente, haveria orientação, ou um respeito mínimo, pela verdade factual nas narrativas políticas democráticas. Na prática, muitas delas distorcem e manipulam os fatos em função de seu benefício próprio.

É necessário, não obstante, esclarecer o que seria a ideia de verdade para Arendt. Tomando como ponto de partida o político (e não o filosófico), ela se contenta em abordar o conceito “no sentido em que os homens comumente a entendem” (ARENDDT, 2016, p. 193). Ainda assim, são mobilizadas duas faces dessa verdade, ditas “do filósofo” e “factual”.

A verdade do filósofo, aqui, nos é menos proveitosa. Ela trata de uma esfera metafísica e, de certa forma, desinteressada dos assuntos propriamente humanos. Trata-se de um âmbito no qual se destaca a busca pela compreensão do que escapa à *physis* e, dessa maneira, não interferiria na organização social das comunidades humanas. Em Platão, por exemplo, essa verdade filosófica assumiria um caráter transcendental: vide a imortalidade da alma e o saber; e, em Hobbes, a forma de verdade matemática. Desse modo, a verdade do que se categoriza como “amor ao saber” não teria implicações diretas sobre o mundo político.

Penso que essas categorias sejam um pouco mais flexíveis e imiscuídas que como proposto por Arendt, ao entender a construção do metafísico como tentativa de explicação do físico. Isso é, até mesmo em política, as filosofias e suas explicações extracorpóreas também integram as narrativas políticas, como no caso das crenças em Conspiração ou de destinos manifestos.

Ainda assim, seguindo tal diferenciação, se aquela verdade não se refere plenamente ao político, a verdade factual, por outro lado, tem uma relação particular com ele. A relevância da verdade factual como fonte de alimentação da política é a constatação de que os fatos aconteceram “desse” modo, e não “daquele”. Essa relação teria, pode-se afirmar, três diferentes esferas: a pré-política, em que reside a verdade; a política, onde a verdade se manifestaria sob a forma de opinião; e a degenerada/ mentirosa, de domínio arbitrário e apolítico.

Apesar de apolítica, é necessário nos atentarmos à ligação embrionária que mentira e política assumem nos escritos de Arendt. Em suas raízes, a política e a mentira desdobram-se da capacidade de imaginar o diferente (ARENDR, 1972, p. 5). Isso é, ao olhar para o presente (e para o passado), o indivíduo pode conjecturar um mundo que não aquele em que vive.

Assim, é essa capacidade imaginativa que é fonte comum a ambos<sup>5</sup>. A mentira, portanto, não está acidentalmente alocada na política, mas, pelo contrário, faz parte da ação humana, bem como a própria política. É, antes de tudo, para Arendt, característico ao humano a possibilidade de agir e falar conforme ou diferentemente do que se espera, seja recorrendo à mentira, ou não. Por outro lado, a “origem” da verdade factual é outra: escapa ao direito imaginativo e é intransigente com qualquer versão alternativa a si.

No jogo político, se a verdade dos eventos não pode ser alterada, a forma como ela é contada, sim. Segundo Celso Lafer, as opiniões podem ser manipuladas ao bel-prazer de quem a articula, na forma de mentira, principalmente em dois arranjos: como *Image-making*, leia-se, substituição da realidade com uma versão alternativa; ou como reescrita da história pela exclusão dos fatos ou personagens que não lhe são convenientes (LAFER, 1972). Para Hannah Arendt, o propositor das mentiras tem uma vantagem crucial nas suas formulações, que é saber de antemão o que seu público espera ouvir (ARENDR, 1972, p. 5). Ainda assim, seria inviável manter a mentira como princípio da ação política de um modo efetivo, frente à imensidão da fatualidade. Essa constatação se faz especialmente relevante quando tratamos das manipulações levadas a cabo pelas máquinas estatais de regimes autoritários ou do negacionismo histórico.

---

<sup>5</sup> Na Idade Moderna, isto se verifica pelo aparecimento de utopias, impulsionadas pelo contato com o novo, resultante das grandes navegações; e das ideologias e distopias, especialmente no século XIX. Já no século XX, diante do confronto com o inesperado — particularmente com as revoluções, com a questão social e com a percepção de declínio da modernidade. Sobre esse assunto, consultar LIEBEL, Sílvia (org.). **Das utopias modernas às distopias contemporâneas**: conceito, prática e representação. 2. ed. Ebook — Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

Se pensarmos na colaboração de Maureen Ramsey, e a conjugarmos com um aprofundamento teórico sobre os conceitos de verdade e mentira, poderemos notar que, para ela, essas categorias dizem respeito à constatação de que o que é dito pode ser correspondente ou não ao que de fato existe/acontece. Por outro lado, ela nos oferece as categorias de veracidade e enganação, que dizem respeito à intenção do enunciador (RAMSEY, 2000).

A mentira, portanto, se caracterizaria como a efetivação da intenção em ser enganoso, no discurso e na ação. O critério do que é enganação por parte do autor de um discurso é subjetivo. Não é possível definir em quais ações há a intencionalidade de deturpar a verdade, e em quais ele de fato acredita no que afirma. Em ambos os casos, no entanto, é possível notar a contra fatualidade da afirmação e, para termos desse trabalho, isso basta.

Ramsey, apesar de mobilizar categorias distintas para pensar as mesmas questões que Hannah Arendt, conflui à constatação de que a mentira é apolítica. Não obstante, ela seria integrada à política por meio dos discursos, que variam em sua verossimilhança de acordo com a intencionalidade de seus autores. Assim, na prática, a política seria regida por uma moral própria, que não aquela idealista crença na verdade. Nesse sentido, a moralidade política se basearia nas *consequências*, benéficas ou maléficas, para a sustentação de uma ação ou fala daquele grupo político (RAMSEY, 2000, p. 12).

Contrapor-se aos fatos poderia mesmo vir a ser um exercício artiloso, exceto pela fragilidade com que os fatos se estabelecem e, sobretudo, se mantêm. Arendt aponta a necessidade da constância das testemunhas na ininterrupção da validade dos fatos. Numa concepção que apela quase àquela de Heródoto, é a testemunha a garantir a continuidade da verdade factual, da narrativa sobre as coisas tal qual aconteceram.

Por conseguinte, caberia o questionamento: o fim das testemunhas poderia levar ao fim da atestabilidade do passado, tendo em vista uma *parresía* foucaultiana? (FOUCAULT, 2017, p. 14) Isso se torna ainda mais dramático se pensarmos que, em poucos anos, as últimas testemunhas do Holocausto terão morrido e que, em grande sentido, o discurso negacionista poderá angariar ainda mais força. A resposta àquela pergunta parece-me nitidamente ser “não”: portanto, nós, historiadores, devemos apostar na distinção entre História e memória, e entender suas implicações epistemológicas.

Desse modo, sinalizo aqui alguns caminhos a serem seguidos pelas provocações de Hannah Arendt sobre as relações entre verdade, política e mentira. O primeiro, é que o uso da mentira na

política produz um efeito sobre a segurança da verdade dos fatos, especialmente aqueles de natureza *imediata*. A filósofa é enfática ao assinalar que nenhum fato está livre de ser posto em dúvida por mentirosos e falseadores (ARENDDT, 2016, p. 193). Esse debate não pode senão desembocar no dilema da História com seus negacionistas: antes de tudo, porque suas motivações são políticas; e, além disso, porque tornam os fatos e documentos distorcidos e depravados pela confirmação de suas teses.

Em *Denying the Holocaust*, a historiadora americana Deborah Lipstadt se debruça sobre diversos casos, em vários países, de negadores do Holocausto e suas proposições. Observando-os em conjunto, é possível perceber o fio que os conecta: a vontade de tornar seus projetos politicamente legítimos (LIPSTADT, 1994).

No Ocidente, esses projetos estão articulados principalmente a perspectivas de extrema-direita que buscam, em última instância, a relegitimação do nazismo, seu relativismo e/ ou a desculpabilização generalizada de sua ideologia e seus crimes. O uso da mentira como fundamentadora e a sobreposição da verdade factual são os pilares desse processo. Os estratagemas mobilizados com esse fim podem ser vários: desde a distorção documental até traduções inexatas, passando pela seleção de trechos descontextualizados de obras de estudiosos, descrédito das vítimas, relativização da culpa, etc.

Um dos casos mais emblemáticos de negacionismo do Holocausto foi levado aos tribunais ingleses, numa ação movida pelo falsário David Irving contra a historiadora Deborah Lipstadt, por suposta difamação, ao ter sido chamado por ela de negacionista. Em sua “obra”, Irving faz uso de todos aqueles estratagemas supracitados, motivo pelo qual recebeu a alcunha por ela atribuída. No processo jurídico, o objetivo de Lipstadt, diga-se, não era o de provar que o Holocausto de fato existira— pois, duvidar disto estava fora de questão — mas, antes, o de demonstrar como as falas de Irving não tinham embasamento científico, histórico e metodológico algum.

Trago aqui, a título de exemplo, dois casos importantes de negacionismo e da mobilização política da mentira. Conforme evidenciado pela defesa jurídica de Lipstadt, Irving, em *Hitler's War*, absolveu e minimizou a ciência de Hitler sobre o destino dos judeus na Europa. Nos dias 16 e 17 de abril de 1943, Hitler, Ribbentrop e o Almirante Horthy, chefe do governo húngaro, reuniram-se e debateram a pauta judaica. Ribbentrop e Hitler fizeram coro quanto à necessidade de uma solução efetiva: a concentração ou a aniquilação (BRAHAM, 1963). Além de ter marginalizado a fala crucial de



Ribbentrop sobre esse ponto a uma nota de rodapé, Irving teria também buscado suavizar e positivar as posições dos alemães.

Não fosse o bastante, ele justificou a preocupação de Hitler sobre os judeus na Europa devido ao levante do gueto de Varsóvia. No entanto, o levante só teve início no dia 19, dois dias *depois* do encontro. Essas estratégias evidenciam como negacionistas desse tipo atuam: destacando ou excluindo as fontes à necessidade de suas teses, dadas *a priori*. Em última instância, o que esse e outros negacionistas buscam afirmar é que nada de extraordinário teria acontecido sobre o Holocausto e, mesmo que tivesse acontecido, teria lá suas motivações.

O outro exemplo, também dissecado por Lipstadt em *Denying the Holocaust*, é o do político francês Paul Rassinier. Para ele, o Holocausto não só seria um mito, como uma invenção de instituições judaicas internacionais que objetivavam o financiamento do Estado de Israel (ISRAEL, 1953). Ou seja, para ele, tudo o que provinha dos judeus e suas instituições estaria relacionado à sua obsessão por dinheiro e poder.

Um dos pontos frequentemente levantados diz respeito à quantidade de vítimas. Nessa interpretação, quanto maior o número, maior seria a narrativa de vitimização dos judeus e mais eficiente seria sua moeda de troca como sofrendores de uma tragédia. Essa visão, profundamente arraigada ao conspiracionismo, vai à contramão da documentação que o Estado de Israel providenciou para requerer indenizações do Estado alemão (ISRAEL, 1953). Nele, é explicitado que o valor indenizatório se refere à mobilização de recursos necessários ao assentamento e migração dos sobreviventes.

Dessa forma, tem-se que os dois casos de negacionismo acima notados têm em comum duas pautas que se entrecruzam: a deslegitimação judaica e a relegitimação do nazismo. Esse e outros casos de negacionismo, embora necessitem da devida distância e cuidado comparativos, fazem parte da arena de disputas do campo político, em que noções de verdade, mentira, fato e opinião estão interligadas.

Escapa aos objetivos desse trabalho investigar as estratégias de cada tipo de negacionismo, mas aponta um caminho de pesquisa possível em diversos cenários. Deve-se pensar, também, mais profundamente a diferenciação entre negacionismo e usos da mentira na política. Nem toda mentira política configura caso de negacionismo. Nesse processo, temos que, categoricamente, a negação de conhecimentos, fatos e documentos históricos envolve também um princípio paranoide

conspiracionista, visto que tal dinâmica permite o ocultamento do que for a partir da chave conspiratória.

Essa extensão de conspiração dos negacionismos pode ser melhor explicada se mobilizarmos as contribuições do historiador francês Raoul Girardet. É necessário, ao partirmos de uma concepção de História cultural do político, nos atentarmos aos aspectos do imaginário que conformam estas narrativas negacionistas.

O que em Hannah Arendt encontramos como mentira na política, em Girardet vemos equivalência em sua concepção de mito político. O mito seria constituído como fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. No interior de sua narrativa, pretende ter

Uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos (GIRARDET, 1987, p. 13).

Apesar de Girardet interessar-se especialmente sobre as narrativas conspiratórias da Modernidade europeia, é possível identificarmos algumas características remanescentes nas narrativas negacionistas contemporâneas. Em primeiro lugar, uma noção de que o mundo se organizaria de modo maniqueísta, havendo um embate entre o bem e o mal. O negacionista se coloca na posição de denunciador de injustiças, buscando alertar ao grande público, ludibriado, sobre as forças ocultas do mal.

Haveria, por conseguinte, uma Organização, que, além de maquiavélica, buscaria se movimentar subterraneamente para fazer valer a sua visão de mundo. O próprio Rassinier, no exemplo aqui aludido, lança mão desse discurso: os judeus e suas organizações trabalhariam em prol do estabelecimento do Estado de Israel e, portanto, tudo o que eles fazem e dizem tenderia a esse fim e deveria ser posto em dúvida, quando não negado explicitamente e de imediato. Trata-se, em última instância, de um descrédito de origem. O discurso é invalidado pela identidade do sujeito que o enuncia.

A importância de encarar a conspiração como um mito decorre da sua dimensão lógica. Dito de outro modo, a conspiração estabelece um sistema de coerência narrativa interna e autocentrada. É preciso, a princípio, que a conspiração faça sentido para aqueles que a descobriram e, portanto, tornaram-se cientes da movimentação das forças ocultas. Somente depois é que esses seres conscientes se empenham na denúncia àqueles ainda vendados.

Dessa forma, é possível dizer que a própria concepção de mentira está fora das regras desse jogo. A mobilização do que é factível e verossímil não faz sentido na interpretação conspiracionista, porque os fatos obedeceriam àqueles que possuem e/ ou almejam o poder. Este “poder contar o ‘outro lado da história’” é uma das maneiras como negacionistas e conspiracionistas buscam angariar legitimidade, uma legitimidade que é, nessa lógica, auto outorgada.

Haveria, nesse sentido, não só um lado não contado pelos vencedores, mas silenciado e que se pretenderia manter soterrado. É daí que se compreende o movimento que fez negacionistas transitarem de tentar um lugar entre acadêmicos para frequentarem espaços televisivos e lançar livros de grande alcance.

Pode-se dizer, como sugerido pela professora Sônia Maria de Meneses Silva, que a autoridade para “dizer-a-verdade técnico” sobre o passado e sobre os fatos, que era irrevogavelmente campo de domínio do historiador e do jornalista, em nossos tempos, está posta em xeque pelo arranjo de diversas estruturas de poder, nos moldes foucaultianos (MENESES, 2021).

Aliado a isso, essa avalanche negacionista também seria fruto de um enfraquecimento do compromisso social com o “dizer-a-verdade ético” e do esvaziado papel do parresiasta. Esse, que antes exerceria uma função de voz autorizada a falar sobre um fato porque dele partícipe, passa por um movimento de descrédito para essas narrativas negacionistas— em especial, desde as testemunhas do Holocausto.

Na academia, é basilar diferenciarmos revisionismo histórico e negacionismo. A primeira diferença está na raiz de suas motivações. O negacionismo é fundamentalmente político, apesar de buscar se travestir de perspectiva historiográfica. Além de partir de uma tese *a priori*, negacionistas não lançam mão de embasamentos teóricos e metodológicos inerentes à pesquisa histórica. O revisionismo, por outro lado, integra o fazer do historiador, buscando estabelecer, com rigor científico, pontos de vista diferenciados, seja pela abordagem teórica, pelas fontes ou pela metodologia empregada. Trata-se do fundamento mesmo do fazer historiográfico, composto não de narrativas imutáveis, mas de constante revisão crítica de seus objetos.

Retomando Hannah Arendt, essa diferenciação deriva daquela constatação de que a verdade não é o princípio norteador da política, diferentemente do fim último da academia e da ciência, que buscam se comprometer com o que se entende comumente por verdade. O que se tem observado, nos

últimos anos, é que o uso da mentira na forma de negacionismo tem cada vez mais o objetivo de alcançar o imaginário do grande público, e não de ser uma perspectiva acadêmica (ainda que, por vezes, tente se apresentar como uma pesquisa acadêmica que se instala em uma perspectiva conspiracionista, revelando o que a Academia não quer revelar).

Desse modo, uma característica dessa nova fase é a oposição à intelectualidade. O intelectual é visto como aquele que não quer que a sociedade tenha acesso ao conhecimento, por isso a enclausura na academia. Por outro lado, o negacionista se coloca no papel messiânico de denunciador, aquele capaz de trazer a verdade à tona. Se os negacionistas de ontem se pretendiam historiadores, os de hoje podem ser quaisquer uns, sendo o requisito básico que se tenha acesso à internet para proliferar suas verdades a grupos cada vez maiores de seguidores. Esse fenômeno, que se imbrica na cultura política ocidental, traz dilemas para a manutenção da democracia.

O uso da mentira na política, nessa concepção ampliada de política, em que se investiga seus aspectos socioculturais, tem ganhado terreno não só entre negacionistas, mas também entre propagadores de notícias falsas — categorias que, por vezes, se imiscuem. A propagação de *Fake News* ganhou uma nova dimensão no Brasil durante a campanha eleitoral presidencial de 2018. Técnicas de falsificação de discursos e vídeos, bem como de difusão exponencial de conteúdo manipulado por redes de *WhatsApp* tomaram proporções criminosas. Segundo o Instituto Datafolha, à época das eleições, cerca de 48% dos brasileiros utilizavam a internet para informar-se politicamente (DATAFOLHA, 2018). As redes sociais mais utilizadas eram, respectivamente, o *WhatsApp* (65%) e *Facebook* (57%).

A pesquisa quantitativa publicada na Revista *Science*, em 2018, também trouxe dados importantes acerca das relações entre verdade e mentira no meio digital (VOSOUGHI, 2018). Segundo os pesquisadores, ao tomar como *corpus* documental uma série de *tweets*, confirmou-se a hipótese de que as mentiras se espalham na internet com muito mais profundidade e velocidade que verdades factíveis.

No entanto, de acordo com seus autores, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, “os robôs aceleraram a disseminação de notícias verdadeiras e falsas no mesmo ritmo, sugerindo que as notícias falsas se espalham mais do que a verdade porque os humanos, e não os robôs, têm mais probabilidade de espalhá-las.” (VOSOUGHI, 2018, p. 146).

A mentira, assim, ganha novas formas e, principalmente, novos meios de expressão. Não será o foco da pesquisa, mas é importante salientar a relação embrionária que essas manifestações, mesmo em realidades e tecnologias diferentes, mantêm. Essas reflexões trazem uma grandeza diferenciada para as pesquisas sobre mentira e política, visto que apontam para a sensibilidade humana como fator de propagação desses discursos. Mais do que isso, estreita para uma comunidade de sentido que se apresenta e que sustenta imagens, valores e identidades a partir dessa dinâmica<sup>6</sup>.

Um exemplo desse padrão pode ser percebido na configuração e propagação dessa conduta entre os negacionistas do Holocausto, ocorrência que será analisada, como estudo de caso, nas páginas a seguir.

### **Negacionismo em imagens: um estudo de caso**

As charges expostas nas duas edições do *Holocaust International Cartoon Contest*, no Irã, em 2006 e em 2016, são exemplos de como o negacionismo pode se expressar não só pelo discurso em sua forma escrita, mas também pela imagética.

Apesar de o concurso acontecer no contexto político da teocracia iraniana, ele responde a dinâmicas do contexto internacional, uma vez que os chargistas são de diversas nacionalidades. Dessa maneira, embora aquele seja um ponto a ser considerado, o concurso está inscrito nos interesses de investigações, como esse trabalho, sobre democracia, usos da mentira e negacionismo.

Ao analisar as caricaturas em conjunto, é possível perceber o fio que as conecta: a negação e/ou minimização do Holocausto. Como se tem afirmado, seu objetivo final é a deslegitimação da existência de Israel. Tais elementos, portanto, estão presentes, implícita ou explicitamente, nestas representações, que transcendem o contexto iraniano. Ou seja, em últimas instância, o concurso articula os interesses de seus promotores institucionais à visão de mundo dos chargistas, como indivíduos e como grupamento<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> A atestação desse dilema que é o uso da mentira na política nessa sua concepção ampliada, em que o conteúdo veiculado pelo eleitorado é parte relevante do objeto de estudo da História Política, pode se dar, por exemplo, a partir da menção à pesquisa da Agência Lupa, em parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nela, foram investigadas imagens e suas circulações no meio digital, assim como seu grau de veracidade e alcance de espalhamento.

<sup>7</sup> Visão de mundo [*Weltanschauung*] é mobilizada aqui como conceito, segundo definido por Karl Mannheim, A esse respeito, consultar, por exemplo, WELLER *et al.* Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. XVIII, n. 2, p. 375–396, jul./dez. 2002.

Nesse sentido, as charges podem ser entendidas como uma evidente maneira de mobilizar politicamente a mentira. São mentirosas enquanto apelam não só à contra fatalidade, mas também como narrativa de conspiração subterrânea em curso. O fim último, assim, é denunciar que o que se tem por verdade dos fatos é, antes, uma farsa. Ou seja, é um nível mais elaborado de mentira na política, pois cria sua própria versão alternativa da realidade. Nessa lógica, pouco sentido faz que o construído por negacionistas contradiga documentos e historiadores, dado que eles buscam pôr em dúvida a validade de proposições nesse sentido.

Desse modo, a título de exemplificação, investigaremos duas charges dessa competição de caricaturas para pormenorizar seu discurso. Lançaremos mão, do ponto de vista teórico, das contribuições da historiadora e antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, que destaca a compreensão da relevância das imagens como fontes históricas autônomas (SCHWARCZ, 2014). A leitura adequada das imagens sugere, portanto, sua interpretação não só como produtos, mas como produtoras de significados nas relações sociais.

Quanto ao procedimento metodológico, nos serviremos da adaptação do método documentário às imagens, proposto pelo sociólogo alemão Ralf Bohnsack (2020)<sup>8</sup>, e pelos trabalhos do historiador Vinícius Liebel (2016), cujo enfoque incide sobre a charge como tipologia imagética específica. O método possui, resumidamente, duas etapas: a interpretação refletida, na qual se analisa a imagem por si mesma; e a interpretação formulada, em que se interpreta tendo em vista o contexto histórico formativo das representações.

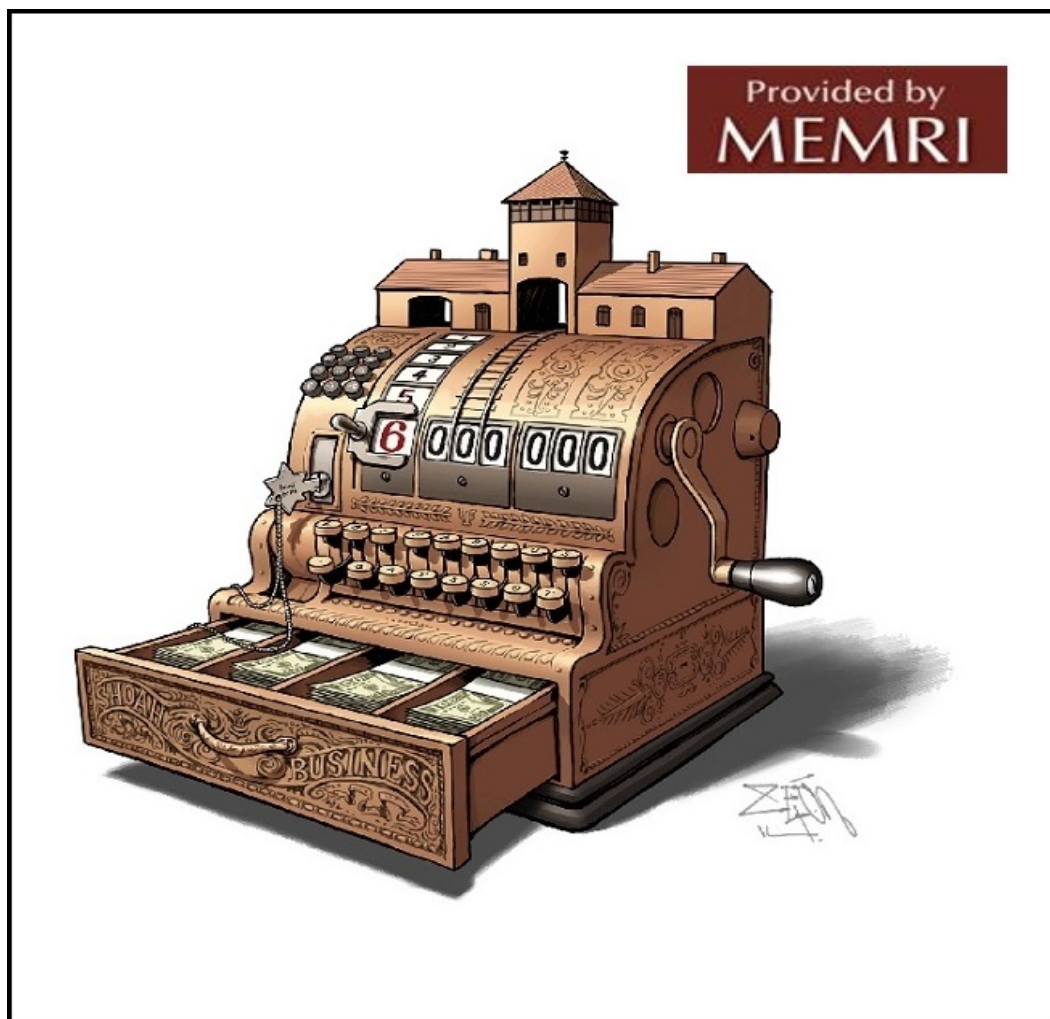
A primeira etapa lança o olhar sobre (*about*) a imagem, em que se avaliam suas características visuais. Assim, são destacados os objetos, sua disposição como conjunto, as cores selecionadas, a proporcionalidade e posicionamento entre os elementos, etc. No que lhe concerne, a interpretação formulada trata de um olhar através (*through*) da imagem, de caráter interpretativo, em que se considera essa imagem reflexo e também produtora de significações de uma época ou grupo sobre o mundo. A transição de um nível para o outro pode ser explicada pelas diferentes perguntas feitas ao objeto: no primeiro, “o que” ele é; e, no segundo, o “como” ele é produzido.

---

<sup>8</sup> Acerca do método documentário, consultar, dentre outros, BOHNSACK, Ralf. **Pesquisa social reconstrutiva: introdução aos métodos qualitativos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

A partir de um procedimento comparativo, estas análises, sendo preliminares, resultarão na identificação de elementos-chave da forma como uma visão de mundo negacionista retrata gráfica e discursivamente as temáticas relacionadas a Israel e ao Holocausto. O enfoque incidirá sobre “como” as retratações são elaboradas. Nesse sentido, ambas as caricaturas aqui dissecadas terão uma mensagem-fim similar: a de que Israel lucraria com o Holocausto. A hipótese, ao propor esse exercício, assim, é a de que seria possível narrar uma mentira política e conspiracionista das maneiras mais variadas, ganhando diferentes circulações, sejam na internet ou em eventos como o *International Holocaust Cartoon Contest*.

## Charge 1. The Holocaust Business.



Fonte: ZEON. **The Holocaust Business**. 2016. Charge. Disponível em: <  
<https://www.memri.org/reports/tehran-presents-winners-irans-2016-holocaust-international-cartoon-contest/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

## **Análise pré-iconográfica**

O elemento singular dessa charge assemelha-se a uma máquina registradora de dinheiro. Demonstra certa luxuosidade, revestida em cor de bronze e com bastante dinheiro à mostra, no interior da gaveta aberta. Nela, inscrevem-se símbolos sofisticados e também as palavras *Shoah* e *business*. Há, ainda, uma chave, que parece permitir o acesso à gaveta, e cujo formato é de uma estrela de seis pontas.

O mostrador encontra-se cravado na marca de seis milhões, sendo perceptível o destaque de cor dado ao numeral seis, em vermelho. Aparentemente, o funcionamento do maquinário depende da manipulação da manivela. No entanto, também é possível pressupor funcionalidade aos botões numerados abaixo do mostrador e, com menos centralidade, também àqueles em sua lateral.

Nota-se, além disso, uma ligação entre o mostrador, na casa da dezena de milhar, e a construção no topo da máquina, por meio de uma miniatura de trilho ferroviário. O lugar possui formato atípico, com uma elevação central e extensões laterais alongadas. O molde alargado das entradas pressupõe a entrada/ saída de grandes volumes. Por fim, pode-se perceber, ainda, que algumas portas se encontram fechadas e que o objeto, embora isolado e sem cenário, devido ao seu tamanho e provável peso, pode produzir uma sombra sólida.

## **Análise iconográfica**

Há, na imagem, diversos elementos que procuram estabelecer uma alusão à história judaica. Os termos *Shoah* e *business*<sup>9</sup>, por exemplo, buscam propor uma relação íntima, marcada em alto-relevo, entre esses dois escritos e a máquina de dinheiro. O marcador em seis milhões também tem uma intencionalidade: a de se referir ao que se acredita ser o número de judeus mortos em decorrência do Holocausto. A configuração da máquina registradora, ainda, na composição dos números, da manivela e da gaveta de dinheiro propõe também uma ligação com máquinas caça-níqueis, fazendo com que a dinâmica de atingir o número de seis milhões fizesse aparecer o dinheiro na bandeja inferior.

Outra característica central é a construção acima da máquina, que possui o mesmo formato da entrada do campo de concentração e extermínio de Auschwitz. Além do formato da construção, isso se evidencia pelo trilho, meio pelo qual os trens chegavam com os recém-transferidos. A relação do

---

<sup>9</sup> *Shoah*, em tradução livre do hebraico, significa “Holocausto”; e *business*, do inglês, “negócio”.

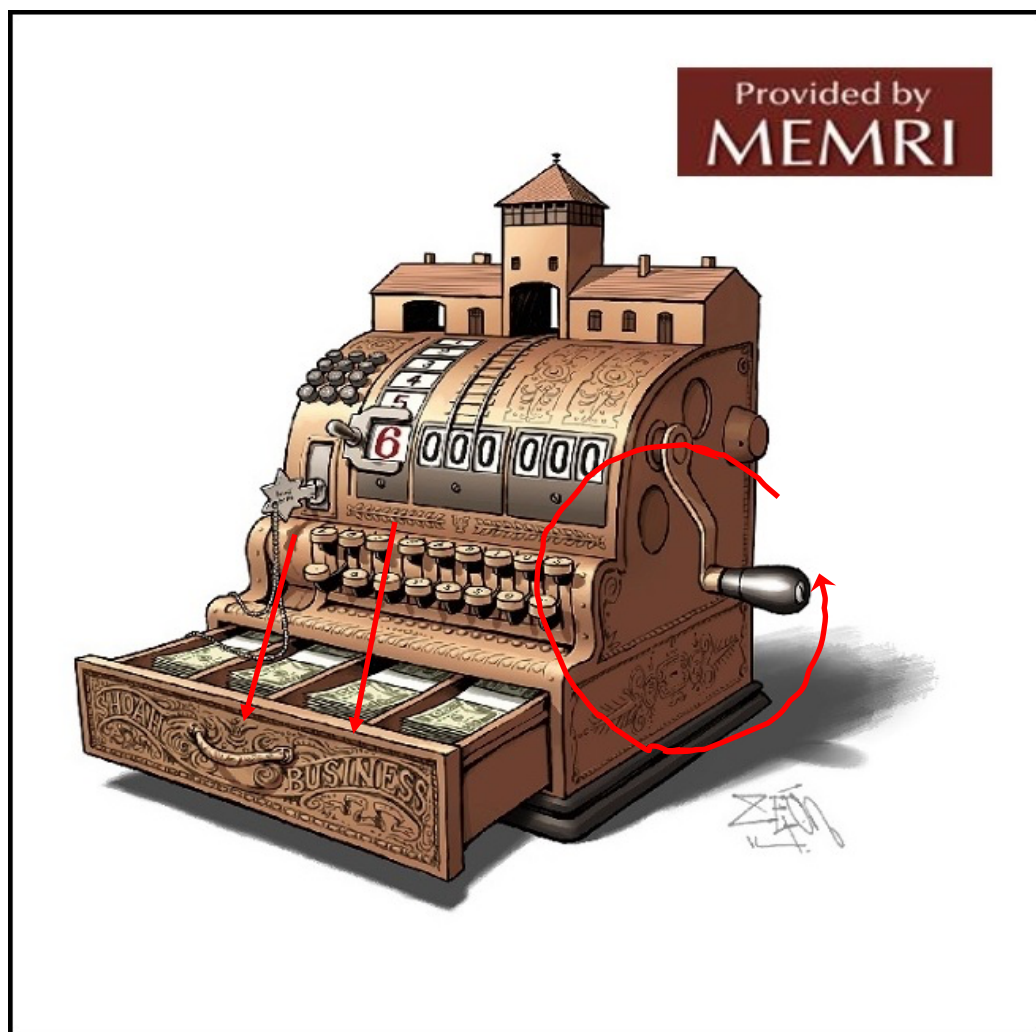


trilho com a casa da dezena de milhar pode também indicar uma pretensa inflação dos números, que, o leitor pode inferir, seriam bastante menores do que o apontado.

Lateralmente, também o molde da chave de abertura das gavetas é em seis pontas, assim como a Estrela de Davi, aspecto que se liga ao judaísmo no imaginário social. Além disso, por fim, também cumpre esse mesmo papel o candelabro localizado logo abaixo do mostrador numérico.

## Análise icônica

### Charge 1. The Holocaust Business [com considerações do autor].



Fonte: ZEON. **The Holocaust Business**. 2016. Charge. Disponível em: <  
<https://www.memri.org/reports/tehran-presents-winners-irans-2016-holocaust-international-cartoon-contest/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

Há uma interação entre as duas partes constituintes deste elemento: a máquina de dinheiro, e a construção da parte de cima. A sua conexão se dá por meio do trilho, permitindo supor que o fluxo nesse trilho interfere na contagem numérica e, por conseguinte, na quantidade de notas. Isso é também perceptível, pois o trilho se liga ao painel mostrador de maneira fixa, sendo a união garantida pelo prego/ parafuso, que os mantém coesos.

A figura A, portanto, sinaliza que a imagem organiza seu sentido conforme sinalizado pelas linhas. Ou seja, expõe uma relação entre Auschwitz e o número de seis milhões, culminando, por fim, na quantidade de notas da gaveta aberta.

### **Análise iconológica**

A ideia da charge é propor que a *Sboab* seja um negócio judaico. Num nível mais profundo, que a quantidade de mortes de judeus no Holocausto reflita diretamente no enriquecimento dos sobreviventes e, mais especificamente, de Israel. Nessa narrativa, entende-se que quanto maior a quantidade de vítimas se afirma ter havido, maior também seria o lucro israelense.

Seu caráter é profundamente conspiracionista, enquanto supõe a agência de um judaísmo apegado ao poder e ao dinheiro, aspectos comuns do antissemitismo europeu. Essa categoria de narrativa ganha força tendo em vista a indenização paga pelo Estado alemão a Israel. Esse argumento é refutado pela elaboração do relatório apresentado pelo Estado judaico junto à Organização das Nações Unidas (ONU), que afirma que a indenização se refere aos custos para o estabelecimento dos sobreviventes e migrados da Alemanha em Israel (ISRAEL, 1953).

Apesar de contrafactual, esse tipo de argumento corrobora a ideia de que Israel seria o grande beneficiário do Holocausto. Deslegitimar o Holocausto como um genocídio e promovê-lo como uma farsa almeja, por fim, a própria deslegitimação de Israel como um Estado, ao passo que a fundação do país tem ligações históricas com o genocídio e a negação do holocausto se estende, dessa forma, à negação da legitimidade de existência do próprio Estado israelense.

A hipótese central dessa charge, ou seja, a de que os judeus teriam tornado o Holocausto um negócio rentável, ancora-se também no livro do historiador, hoje defasado pela historiografia sobre o tema, Norman Finkelstein. Em *A Indústria do Holocausto*, ele buscou defender que somente depois da Guerra de 1967 os judeus americanos teriam passado a reivindicar o Estado de Israel como legítimo. Para ele, isso derivaria de justificativas político-econômicas, da transformação do Holocausto numa

indústria, politizada (FINKELSTEIN, 2001). Essa constatação parte do princípio de que, tendo a família como sobrevivente, a narrativa a que ele teria acesso em casa diferiria daquela defendida pelos judeus no espaço público.

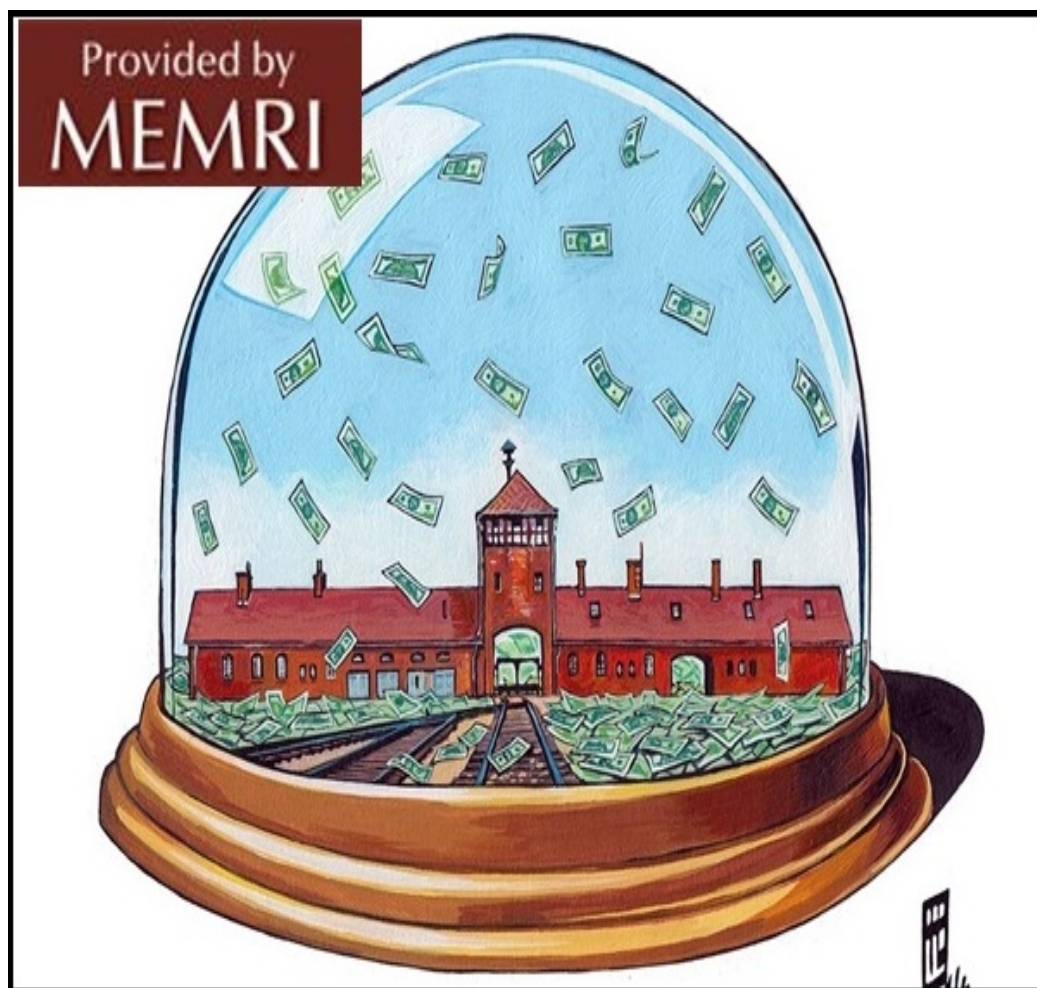
Nessa lógica, os judeus e suas instituições teriam enriquecido, por meio de chantagem ao Estado alemão e suas indústrias, bem como aos bancos suíços e países do leste europeu. Assim, teria se financiado não só o Estado de Israel, como também as instituições internacionais judaicas teriam enriquecido e os intelectuais judeus mobilizado Israel como uma luta civilizacional no Oriente Médio. Nessa construção narrativa e imaginária, todos esses elementos (a monetização do genocídio, a legitimação do Estado israelense e o questionamento do elemento base que é o holocausto) se fundam em uma lógica conspiracionista de fundo.

Esse tipo de argumentação, à qual Finkelstein recorre, vai na contramão dos fatos. Como é sabido, o movimento sionista se desenvolveu na Europa ainda no século XIX, em grande medida como resposta ao antissemitismo. Outro equívoco de sua interpretação é considerar a judeidade como estática. A grande porção de judeus que migrou para os Estados Unidos, assim como para outros lugares do mundo, estava sujeita a diferentes níveis de integração e declinação, tradição e novidade. Ou seja, em que nível estas pessoas continuam a enxergar o judaísmo como principal identidade é variável neste *jogo das identidades*<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Conceito do teórico cultural Stuart Hall (1932-2014), presente, dentre outras obras, em **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Charge 2



Fonte: Thomas Lussfeld (2016). LUSSFELD, Thomas. (Sem título). 2016. Disponível em: <<https://www.memri.org/reports/tehran-presents-winners-irans-2016-holocaust-international-cartoon-contest/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

### **Análise pré-iconográfica**

A imagem tem como objeto central uma espécie de globo de neve. Sua decoração é revestida num tom de dourado. O material superior é transparente como vidro, sendo possível notar um breve reflexo. A paisagem no interior do globo oferece uma construção principal ao fundo, em vermelho. No primeiro plano, destacam-se um trilho, que se conecta ao segundo plano; e amontados de notas, que exercem o papel tradicional da neve. O cenário, além disso, conta com um céu claro e azulado, fazendo o branco do horizonte parecer moldar o formato do prédio.

### **Análise iconográfica**

O local representado é a entrada de Auschwitz, um dos principais campos nazistas de extermínio e concentração de judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Auschwitz funciona como metonímia do Holocausto, sendo o campo mais conhecido. Retratado em cor próxima ao original, em vermelho-tijolo, o desenho destaca também seu trilho, por onde chegavam os recém-transferidos.

Num globo de neve, ao agitar o *souvenir*, o proprietário consegue fazer nevar sobre a paisagem. A ideia do chargista é, ao substituir a neve pelo dinheiro, portanto, a de indicar que seria possível movimentar dinheiro sobre Auschwitz. Note-se que a abundante de notas é depositada não só sobre o solo, mas também na parte interna de Auschwitz. Os “proprietários” do Holocausto, leia-se, os judeus, desse modo, seriam capazes de, ao agitar/ manipular o globo/ a narrativa sobre o Holocausto, *make it rain*<sup>11</sup>. O negócio torna-se cíclico: uma vez sedimentado, basta alvoroçar o globo e pronto: torna a chover dinheiro. Em sua última instância significativa, trata-se da reificação do Holocausto em dinheiro. O uso do globo de neve também serve para afirmar que o Holocausto só existe sob a forma de representação. Ou seja, o Holocausto não existiria na realidade factual, mas só faria sentido como mecanismo particular de controle financeiro judaico.

Para além disso, é curioso notar que sobre o percurso do trilho há uma quantidade notadamente menor de depósitos. Uma razão para isso é a de que os trilhos remetem a quantidade de pessoas transportadas ao campo. Os trilhos estariam vazios, assim, porque o trem da quantificação continuaria entrando em Auschwitz, impedindo o assentamento de notas devido ao fluxo constante. É uma tentativa de propor uma relação direta entre a quantidade de mortos e as somas de dinheiro supostamente conseguidas por Israel e pelos judeus.

Também pode-se perceber que o solo do cenário, por baixo do dinheiro, é posto em tom amarronzado. Nas fotos mais conhecidas dessa entrada, pode-se observar gramíneas no entorno. Essa escolha se dá não só para conferir destaque ao verde do dinheiro, mas também para simbolizar um solo erodido.

Pela contraposição entre o que se conhece e o retratado, desse modo, o chargista intenta conotar a passagem do tempo. Busca-se afirmar que o solo não só estaria gasto, como a narrativa sobre

---

<sup>11</sup> Expressão em língua inglesa que, conotativamente, se refere a “fazer dinheiro”.

Auschwitz teria uma duração já considerável. O tempo passaria, o solo se desgastaria, mas o dinheiro continuaria caindo, e o trem permaneceria entrando em Auschwitz e saindo endinheirado.

É possível perceber, ainda, que em volta da construção persiste uma aura esbranquiçada, que impede a uniformidade do céu azulado. Sua aplicação, além de um *dégradé* natural para as alturas, é indicativa que haja uma sacralidade em torno de Auschwitz. Ou seja, o Holocausto, cujo próprio nome perpassa pela valoração religiosa, seria, para os judeus, uma espécie de intocável e universal.

### **Análise iconológica**

Um sujeito, ao possuir um globo de neve, um característico *souvenir*, tem a pretensão de manter acesa uma lembrança sobre um fato ou momento do passado. Retratar Auschwitz como um globo de neve, assim, objetiva dizer que os judeus utilizam o Holocausto como um passado-presente. Isso é, não só fazem uso dele, como dele utilizam para ganhar dinheiro. Olhando *através* da imagem, percebe-se agora que o propósito do chargista não era tratar Auschwitz como projeção da imaginação, mas como um passado persistente e pelo qual os judeus enriqueceriam, hoje.

Esse globo de neve, como metáfora, remete também à quantidade de testemunhos efervescidos no pós-guerra. Os relatos memorialísticos, que têm sua particularidade como fonte histórica, foram contados ao mundo, a exemplo de Primo Levi (1919-1987) e Elie Wiesel (1928-2016).

Parte do discurso de negacionistas é ironizar as incongruências factuais, assim como supor que os sobreviventes do Holocausto teriam enriquecido contando mentiras. Para o chargista, assim, cada vez que essa lembrança é contada (e o *souvenir* agitado), uma chuva de dinheiro seria desencadeada. Esse enriquecimento, diga-se, seria duplo: não só por parte de quem narra tais memórias de sobrevivente, como o próprio Estado de Israel que, por fim, utilizaria o Holocausto como justificativa para sua existência.

### **A construção de um arquétipo: representações de Israel e do Holocausto nas charges**

Posicionando ambas as charges à contraluz, é possível identificar uma confluência entre seus objetivos e modos de fazer. Apesar das particularidades imagéticas de cada, a etapa iconográfica, nas duas análises, evidencia uma forma de retratar o Holocausto que o associa ao dinheiro: na primeira, pela máquina registradora/ caça-níquel; na segunda, pelas cédulas espalhadas no cenário.

Além disso, na interpretação formulada, tornou-se notório que o intento de seus propositores perpassava pela deslegitimação da existência do Estado de Israel. Assim como noutros negacionistas, a questão monetária circunscreve esse discurso: pelo enriquecimento dos sobreviventes, e pelo suposto financiamento alemão à construção do Estado judaico no Oriente Médio.

Lançar mão desse discurso não é senão uma escolha política. Mais que antissionistas, são também antisemitas e devem ser delatadas como tal. A integração de uma narrativa que alega o caráter subterfúgio e homogeneizante dos judeus como um bloco conspirador não parte da falta de conhecimento, mas de “uma operação política impermeável à racionalidade e que toma a estereotipação como meio” (MORAES, 2014, p. 223).

Essa narrativa, que configura uma das formas de negacionismo histórico, engloba dois aspectos pelos quais Luís Edmundo de Souza Moraes definiu o antisemitismo: a ideia de que os judeus comporiam um grupo coeso e imutável; e de que haveria um mal encarnado nesse grupo, comumente associado à cobiça por dinheiro (MORAES, 2014, p. 223). Fazer uso desse tipo escrupuloso de axioma constitui-se também como um uso da mentira na arena pública de que temos tratado até aqui.

Esse tipo de reflexão nos permite avaliar, em última instância, o cenário da democracia no século XXI. Se Hannah Arendt se debruçava sobre um importante aspecto da política da Guerra Fria, uma ampliação de sua perspectiva sobre a História cultural do político amplifica as problemáticas e objetos nesse campo.

Do ponto de vista conceitual, esse ensaio compreende que se faz necessário esmiuçar categorias como verdade, mentira, veracidade, falsificação, não como abstratas, mas como sócio-históricas e relacionais. Assim, pode-se afirmar uma certa continuidade na forma como o uso da mentira na política se apresenta, mesmo em suas variadas formas: desde os discursos de estadistas e segredos de Estado, como os *Pentagon Papers*; perpassando pelos modos como discursos negacionistas e mentirosos de grande alcance se articulam e circulam; até a divulgação de notícias falsas em massa, hoje.

Nesse processo, estabelece-se aqui, por meio das reflexões apresentadas e do exemplo de caso analisado, a sinalização dos negacionismos de ontem e de hoje como esforços políticos, escapando de uma lógica simplista que interdita seu discurso. É necessário examinar suas diversificadas e novas estratégias, buscando captar seus *modus operandi*. O estudo de caso das charges cumpre esse papel. Com ele, torna-se perceptível, a partir da mobilização do método documentário para análise de imagens, que

esse modelo busca a deslegitimação do Estado de Israel e a desmoralização do Holocausto, alegando-o como uma grande mentira. Para isso, mobiliza elementos gráficos específicos que remetam ao judaísmo e ao Holocausto.

No Irã, local de realização do concurso das charges, a articulação entre essas duas esferas que se entrelaçam nesse ensaio, a política oficial e sua dimensão cultural, se confundem quando se trata de Negacionismo. A política externa iraniana, particularmente a compreendida no período entre a Revolução Iraniana e os anos 2000, é levada a cabo como anti-israelense, tentando uma posição de prevalência geoestratégica no Oriente Médio e reforçando uma luta imaginária e ideológica contra a categoria de Ocidente<sup>12</sup>, da qual Israel seria o representante mais próximo, percebido como intruso no espaço geográfico, político e cultural do Oriente Médio.

No que lhe concerne, o fenômeno das notícias falsas pode trazer implicações severas para a democracia. Ele compromete a imagem de adversários políticos e interfere de maneira desbalanceada nos resultados das votações. Mais uma vez, o fato de ser levado adiante, muitas vezes, por pessoas de fora da política oficial, demonstra como uma compreensão cultural do político se faz relevante. É ainda uma questão em aberto o como lidar com essas manifestações e a mensuração de seus impactos sobre a estabilidade da democracia.

Versar sobre as maneiras de uso da mentira na política, de ontem e de hoje, é um importante exercício para a manutenção do sistema democrático. Se a verdade é um princípio exógeno à política, como apontou Arendt, é preciso vigilância para mantê-la afim, de modo a evitar que as deturpações, falseamentos, manipulações, estritamente apolíticos, tornem-se o parâmetro da ação.

## Referências

### 1.Fontes

ARENDR, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. – 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

\_\_\_\_\_. **Crises of the Republic**: Lying in Politics; Civil Disobedience; On Violence; Thoughts on Politics and Revolution. 1ª ed. New York: Harvest, 1972.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**: debates. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.

---

<sup>12</sup> A dicotomização entre as categorias de oriente e ocidente foi destrinchada, com particular importância, por SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das letras, 2007.



**DATAFOLHA.** Uso de redes sociais. Instituto de Pesquisa Datafolha. Opinião Pública, dossiês. Brasil, 27 out. 2018. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/10/1983765-24-dos-eleitores-usam-whatsapp-para-compartilhar-conteudo-eleitoral.shtml/>>. Acesso em: 05 maio 2022.

ISRAEL, Ministry of Foreign Affairs. **Documents relating to the Agreement between the Government of Israel and the Government of the Federal Republic of Germany.** Jerusalem: 1953. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%20162/volume-162-I-2137-English.pdf/>>. Acesso em: 10 mar 2021.

LUSSFELD, Thomas. (Sem título). 2016. Disponível em: <<https://www.memri.org/reports/tehran-presents-winners-irans-2016-holocaust-international-cartoon-contest/>>. Acesso em: 15 jun. 2021.

VOSOUGHI, Soroush; ROY, Deb; *et* ARAL, Sinan. The spread of true and false news online. **Science**, Washington DC, vol. 359, n.º 6380, p. 1146 – 1151, 9 mar. 2018. Disponível em: <<https://science.sciencemag.org/content/359/6380/1146/>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ZEON. **The Holocaust Business.** 2016. Charge. Disponível em: <<https://www.memri.org/reports/tehran-presents-winners-irans-2016-holocaust-international-cartoon-contest/>>. Acesso em: 8 maio 2021.

## 2. Bibliografia

BOHNSACK, Ralf. **Pesquisa social reconstrutiva:** introdução aos métodos qualitativos. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.

\_\_\_\_\_. The Interpretation of Pictures and the Documentary Method. **Forum Qualitative Sozialforschung** / Forum: Qualitative Social Research, Berlim, v. 9, n. 3, art. 26, set. 2008. Disponível em: <<http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs0803267/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRAHAM, Randolph. **The Destruction of Hungarian Jewry:** A Documentary Account, vol. 1., docs. 86, 92. New York: Pro Arte, 1963. vol.69, n.º. 3. p.769–771.

CLIFFE, Lionel; RAMSAY, Maureen. **The politics of lying:** implications for democracy. New York: St. Martin's Press, 2000.

FILKELNSTEIN, Norman. **A indústria do Holocausto.** Tradução de Vera Gertel. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. A coragem da verdade. São Paulo: Martins fontes, 2017.

GABRIEL, Ruan de Souza. Carlo Ginzburg: 'Os usos políticos da mentira são notícia velha'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 maio 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/carlo-ginzburg-os-usos-politicos-da-mentira-sao-noticia-velha-25008469/>>. Acesso em: 6 jul 2021.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas.** Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

HALL, Stuart. **Da diáspora:** Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

- LAFER, C. Da dignidade da política: Hannah Arendt. **Discurso**, São Paulo, vol.3, nº 3, p. 185-198, 1972.
- LIEBEL, Vinícius. O historiador e o trato com as fontes pictóricas — a alternativa do método documentário. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 33, p. 372-398, jul./dez. 2016.
- LIPSTADT, Deborah E. **Denying the Holocaust: the growing assault on Truth and Memory**. New York: Plume, 1994.
- \_\_\_\_\_. **Negação**. Tradução de Maurício Tamboni. São Paulo: Universo dos livros, 2017.
- MENESES, Sônia. Os vendedores de verdades: o dizer verdadeiro e a sedução negacionista na cena pública como problema para o jornalismo e a história (2010-2020). **Revista Brasileira de História** [online]. 2021, v. 41, n. 87. p. 61-87.
- MORAES, Luís Edmundo de Souza. Pode haver racismo na esquerda? Um estudo de caso. **História** (São Paulo) v.33, n.2, p. 217-249, jul./dez. 2014. ISSN 1980-4369.
- ORWELL, George. 1984. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Lendo e agenciando imagens: o rei, a natureza e seus belos naturais. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). v. 4, n. 2, p. 391–431, out. 2014. Disponível em: <[http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2015/05/v4n02\\_05.pdf](http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2015/05/v4n02_05.pdf)>.

### 3. Bibliografia consultada

- ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. Tradução: Jacy Seixas. Curitiba: PR. Ed. UFPR, 2019.
- BARKUN, Michael. **The culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America**. Berkeley: University of California Press, 2003.
- CAMUS, Jean-Yves. **L'extrême droite aujourd'hui**. Toulouse: Éditions Milan, 1996
- FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. Historia reciente: perspectivas y desafíos para um campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- HAYDEN, Patrick. (org.). **Hannah Arendt: key concepts**. New York: Routledge, 2014.
- HEUER, Wolfgang. Maneras de narrar la memoria: “Eichmann en Jerusalén” de Hannah Arendt y “La lista de Schindler” de Steven Spielberg. **Direito e Práxis**, vol. 04, nº.01, 2012.
- JUDT, Tony. **Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945**. Tradução: José Roberto O’Shea. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Tradução: Markus Hediger. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- KRIEGER, Leonard. The Autonomy of Intellectual History. **Journal of the History of Ideas**, Vol. 34, No. 4 (Oct. - Dec., 1973), pp. 499-516. University of Pennsylvania Press.

- KWIET, Konrad; MATTHÄUS, Jürgen. **Contemporary Responses to the Holocaust**. Praeger/Greenwood, 2004.
- LIEBEL, Silvia (org.). **Das utopias modernas às distopias contemporâneas: conceito, prática e representação**. 2. ed. Ebook - Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- MATT, Susan J; STEARNS, Peter N (org.). **History of emotions**. Chicago: University of Illinois Press, 2014.
- MERGEL, Thomas. Überlegungen zu einer Kulturgeschichte der Politik. *Geschichte und Gesellschaft*, Göttingen: **Vandenhoeck und Ruprecht**, vol. 28, n. 4, p. 574-606, 2002. [Versão portuguesa sob o título “Algumas considerações a favor de uma História Cultural da Política”. **História Unisinos**, São Leopoldo: UNISINOS, vol. 7, n. 8, p. 11-55, 2003]
- MITCHELL, W. J. Thomas. **Picture Theory: essays on Verbal and Visual Representation**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma história conceitual do político. Tradução de Paulo Martinez. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.15, n°. 30. p.9-22, 1995.
- ROSENFELD, Sophia. **Democracy and truth: A short history**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.
- SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.
- SHERMER, Michael; GROBMAN, Alex. **Denying history: who says the Holocaust never happened and why do they say it?** Los Angeles: University of California Press, 2000.
- TAGUIEFF, Pierre-André. **L’imaginaire du complot mondial: Aspects d’un mythe moderne**. Paris: Mille et une nuits, 2006.
- \_\_\_\_\_. **La judéophobie des modernes: Des Lumières au Jihad mondial**. Paris: Odile Jacob, 2008.
- TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria: notas sobre un debate. *In*: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia reciente: perspectivas y desafíos para un campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- WESTAD, O. **The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of Our Times**. New York: Cambridge University Press, 2007.